



U.S AFRICOM: Pressuposto, Formação e Atuação

Duarte Luciano Antunes¹ • Agosto de 2014

Resumo:

A presença estrangeira em solo africano tem aumento ao galgar da história moderna e contemporânea. A proposta da pesquisa deste artigo é analisar a presença estadunidense em território africano, por meio de um Comando Militar (desde 2008), comparando com ações similares no passado (no caso, Brasil), para visualizar – ainda que parcialmente – os possíveis efeitos e consequência deste tipo de ação para o continente africano.

Palavras-chave: U.S AFRICOM - ÁFRICA - AFRICOM.

Abstract:

The foreign presence on African soil has increased to climb the modern history and contemporary. The purpose of this research is to analyze the U.S. presence in the African territory, through a Military Command (since 2008) and comparing with similar actions in history (in this case, Brazil), to view - even partially - the possible effects and consequence of such action to the African continent.

Key words: AFRICA COMAND – AFRICOM - AFRICA.

¹ Graduado em História pelo Centro Universitário Estácio Radial (2013) e Pós-Graduando (Lato-Sensu) em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes. Professor da rede Estadual de São Paulo e Pesquisador das atividades militares norte-americanas na África e suas consequências para o continente. Membro do Grupo de Pesquisa: Interculturalidade na Educação: Identidade, Etnia e Gênero - Centro Universitário Estácio Radial e do Grupo de Estudos da África Subsaariana - Centro Universitário Estácio Radial.

Após o fim da Guerra Fria e o esfriamento do combate ao “perigo vermelho” (União Soviética e ao Comunismo), surge ao mundo ocidental, liderado politicamente e economicamente pelos Estados Unidos da América, a guerra contra o “perigo verde” (Islamismo). Durante todo o período que irrompeu-se a guerra contra o comunismo e seu espectro, os EUA apoiaram a formação de governos que pudessem combater internamente este “perigo” (os ideias comunistas) e servir de ligação intergovernamental. No caso da África, isso se configurou com o investimento e apoio de determinados grupos locais – em cada país – que serviriam para este combate ao comunismo e para o elo com os EUA.

Quando nos finais da guerra fria, surge ao mundo um novo “inimigo comum”, o terrorismo exercido pelos Estados e grupos locados em países/regiões em que a religião islâmica era presente o islamismo e os Estados ligados a este, passaram a serem inimigos internacionais dos apoiadores da liberdade e da democracia.

Surge assim uma grande questão a ser observada, os grupos apoiados, que formaram a elite burocrática e governamental dos Estados “ajudados” pelos EUA, eram todos de origem e de princípios islâmicos. Quando foram apoiados o “inimigo comum”, como vimos era o comunismo, mas após este ser quase decepado do mundo, surge o combate ao islamismo; isso fica evidente com a intervenção e ocupação militar

estadunidense no Afeganistão e Iraque. No ano de 2007, é formulada uma proposta de Comando Militar para o continente africano que até o presente momento não existia. O U.S AFRICA COMMAND, seria a instituição e extensão militar intervencionista estadunidense em solo africano, para combater os inúmeros grupos terroristas que estavam migrando do Oriente Médio e Próximo para países africanos. Em 2010, após três anos da formulação do AFRICOM e dois anos após sua implantação e articulação, ocorre no norte da África – África Subsaariana –, um surto contra os governos ditatoriais de base islâmica e que haviam sido apoiados desde o período da Guerra Fria. Vemos o apoio tanto da OTAN quanto do AFRICOM frente a esta insurreição aos governos ditatoriais islâmicos.

Nos dias atuais, vemos o U.S AFRICOM, apoiando os novos governos criados – durante o período da Guerra Fria e em especial dos anos 1960-1980 na África, o período das independências – e assegurando-os de uma contrarrevolução ou de ataques de grupos terroristas. O U.S AFRICOM, é criado para a defesa dos interesses americanos dentro da África; mas após seis anos de sua formação e articulação, faz-se necessário um estudo mais profundo e acadêmico, para entendermos a real situação do “Comando Militar Africano”.

As fontes ligadas ao Africom mesmo sendo escassas (a maioria são oficiais, oferecidas e publicadas pelo governo estadunidense) possibili-

tam uma análise e comparação com um todo teórico – que independe do Africom para existir, o Africom é na verdade um produto dessa teoria de ordenamento e condução dos Estados. Faz-se assim necessário, em prioridade, o estudo dessas teorias que o conduzirão a uma análise e balizamento teórico-metodológico deste projeto civil-militar, o U.S Africa Command. Após esse conhecimento prévio preenchido, as informações e as fontes que tratam o Africom serão postas em evidência e o método dialético para comparação mostrar-se-á necessário para uma análise científica da pesquisa. Para iniciar, veremos as Teorias das Relações Internacionais, que moldam e balizam a ação dos Estados – em especial dos Estados Unidos da América – no sistema político internacional – o recorte aqui, se faz pela Escola Realista. Após a teorização, vira a História e por fim, as comparações – o recorte aqui é com a História do Brasil e a participação influente dos EUA. O resultado deste choque teórico-histórico serão novas perguntas, hipóteses e problemas, que permitem que novas pesquisas sejam feitas.

Escola Realista Clássica

A escola realista é a mais antiga e notável escola das Relações Internacionais. Suas perspectivas giram em torno do poder, forma pela qual os humanos e os Estados – formados por estes humanos – empenhar-se-ão alcançar, legitimando assim as ações do Estado, *raison d'état*. O Estado por sua vez vê-se na necessidade de manter a ordem e o poder para o bem da nação, as-

sim sendo, podendo agir amoralmente para alcançar seus respectivos objetivos.

Os realistas são analistas amorais do sistema internacional, onde o foco encontra-se em poder ou “amoralidade” Maquiavélica, que não vê problema algum com a utilização de violência e engano para promover o interesse nacional. Esta é, pelo menos, a caricatura encontrada na crítica ou mesmo uma consideração simpática sobre a tradição realista. [Traduzido pelo Autor] ²

O Realismo Clássico inicia sua argumentação acerca da necessidade de um Estado que possa oferecer e garantir ao povo, segurança – que neste caso, é um bem comum. O Estado neste sentido tem por objetivo ser um Leviatã, para manter a ordem e proporcionar o funcionamento de todos os interesses e testamentos que compõe sua existência. Cada Estado possui seus interesses, podendo estes ser diferente dos outros Estados; quando os interesses difusos estatais conseguem viver harmoniosamente no âmbito das relações internacionais, a paz (e a segurança) pode ser alcançada sem muitos esforços. Mas, quando os interesses estatais, no âmbito das relações internacionais, mostram-se diferentes e conflitantes, a paz apresenta-se de uma forma

² LANG Jr., Anthony. Morgenthau, Agency and Aristotle. In WILLIAMS, Michael, org. *Realism Reconsidered: the Legacy of Hans Morgenthau in International Relations*. Oxford, Oxford University Press, 2007. p. 18.

mais escassa e ainda com mais esforços para alcançá-la³.

A tese principal que permeia o realismo clássico, é que o âmbito das relações internacionais não é igual. Os Estados relacionam-se com diferentes interesses, que vez por outra podem chocar-se. Para Thales: “O cenário internacional é amoldado pelo poder, pela força, pelo interesse. Este último representa um debate, muitas vezes tenso, entre interesse nacional, interesse coletivo e interesse hegemônico no sistema internacional.”⁴ Os Estados são forjados em desigualdades, promovendo assim uma competição e corrida pelo aprimoramento destes no âmbito da hegemonia, no plano internacional. Esta desigualdade pode apresentar-se no plano: social, econômico, geográfico, geo demográfico e bélico. Este último, por sua vez, culmina na necessidade de aumento de poderio bélico (armamentista) para sua proteção – ou projeção – no cenário internacional.

Uma das principais premissas do realismo clássico é, em suma, que as relações humanas e, em última instância, as Relações Internacionais são centradas no poder, tendo a lógica da dominação como seu combustível. Em Hobbes, tal percepção reforça o sentido de “dilemas de segurança”, que é uma situação onde um determinado padrão de desenvolvimento da segurança interna, por meio de investimentos em defesa nacional, pode gerar,

com os países vizinhos, situações até mesmo de aumento da insegurança. Em Hobbes, a vida no estado de natureza é solitária, pobre, detestável, bruta e curta. Para evitar tal situação de intolerabilidade de vida, o estado civil vai surgir para salvaguardar a ordem pública, a paz e a segurança dos cidadãos na relação com o Leviatã que imporá a força e o direito para tal finalidade⁵.

Tendo em vista que Estados, relacionam-se no plano internacional, em busca de ações que garantem seus interesses e sua sobrevivência, quando um Estado mostra-se influenciar, participar e até diretamente operar a ação e a condução de outro Estado, este por sua vez, exerce seu poder de forma eficiente (tendo em vista as teorias clássicas da escola realista).

Com base nestas primeiras análises podemos evidenciar a existência de um anarquismo no plano das Relações Internacionais; pois há uma ausência de força, poder e legislação centralizada e aplicada a todos estes Estados. O que vez por outra ocorre, é a aproximação de dois – ou mais – Estados, para a resolução de um acontecimento que envolve a ambos, onde estes utilizam-se de acordos legais mútuos para o alcance dos interesses de todos. Mas ao pensarmos no todo (nos vários Estados e seus próprios interesses), observamos um plano internacional em verdadeira anarquia (relativa), concernente a uma falta de centralidade e legislação internacional reguladora.

³ CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012. p. 316.

⁴ CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012. p. 316.

⁵ CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012. p. 317.

Podemos entender baseados em suma, nas ideias hobbesianas que o Estado serve para articular o êxito dos interesses, de um sistema, articulado por seres humanos – que possuem também seus próprios interesses e utilizam-se do Estado para alcançá-los.

Realismo Neoclássico

O pensamento neoclássico nasce no pós-1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, onde a tecnologia atômica – empregada em Hiroshima e Nagasaki – ganha relevância no âmbito das Relações Internacionais e permeia a diplomacia de todo o período da Guerra Fria. O medo de uma possível hecatombe nuclear passa a nivelar e regular o jogo entre os Estados no plano internacional. Embora alguns duvidassem de um suicídio humano, sempre havia a incerteza de uma possível destruição da raça humana, a isto podemos seguir o seguinte pensamento: “Por mais improvável que algo possa ser, só de pensarmos, já passa a ser um provável acontecimento” e como tal, tinha de ser posto na mesa de negociação no âmbito internacional.

O grande jogo internacional, durante a segunda metade do século XX, girava em torno do conflito desempenhado entre EUA e URSS, uma diplomacia que nem sempre fora apenas “Fria”, mas “Quente” – mesmo que essas guerras desempenhadas por ambos fossem mascaradas por exércitos nacionais de Estados (países) distintos.

Na Escola Neoclássica, a junção de: densidade demográfica e um extenso território proporcionaria a este Estado, uma fonte de poder imensurável; pois ao juntar isso com a força comercial-industrial e tecnológico-bélica, desempenharia no âmbito das Relações Internacionais, um papel decisivo e exerceria a outros Estados, um paradoxo de “Defesa x Ameaça”.

Quanto mais forem as extensões [territoriais] de um Estado e sua densidade demográfica, maior será a ambição de outros para dominá-lo, ficando evidente a necessidade de um aparato militar e de forças militares para – em prioridade – a defesa destes recursos estatais e – em posterioridade – para sua projeção na ameaça internacional entre outros atores estatais⁶.

As teses de Morgenthau, buscavam estabelecer e alicerçar leis que regem um Estado forte e que o estabelecem numa projeção internacional, um sentimento e expressão de poder, “também defende que a prioridade de toda política externa deve ser a segurança e a soberania estatais.”⁷

Escola Neorrealista

A escola Neorrealista, defendida principalmente pelo Professor Kenneth Waltz, busca uma interpretação e uma análise mais científica das relações “Homem, Estado e Guerra”. Waltz

⁶ CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012. p. 325.

⁷ CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012. p. 325.

dá um novo argumento às teorias realistas, fundamentando suas explicações nas relações entre: força individual, psicologia, o estado de anarquia no sistema internacional e os sistemas domésticos. É importante percebermos que as análises de Waltz giram em torno do conflito mundial que se estende desde 1945, a Guerra Fria, que nas periferias do mundo encontra-se em choques e em conflitos armados. Seus principais argumentos são que, o sistema mundial bipolar – que perpetua de 1945 a 1991 – atua como um nivelador e ordenador, frente a instável e anárquica ordem internacional entre Estados. A bipolaridade gera, contudo, uma estabilidade, visto que os Estados buscam alinhar-se a uma das duas ordens conflitantes no plano mundial. Assim, os interesses estatais encontram um ponto em comum e baseiam-se e fundamentam-se em torno deste, possibilitando uma estabilidade maior que a anterior existente.

As teorias de Waltz conseguem sustentar-se até o ano de 1991, quando o sistema internacional bipolar encontra sua ruína. Com o fim da Guerra Fria, muitas das teorias são revistas, sua teoria de “balança de poder” é revista em alguns aspectos – devido ao novo cenário emergente.

Mearsheimer e o realismo ofensivo

Na visão teórica de Mearsheimer, o “pós” Guerra Fria seria o marco para uma perspectiva de futuro pacífico – tendo em vista a teoria de Waltz, que as relações internacionais existentes,

causando um alinhamento⁸. Nesta visão do “pós” Guerra Fria, contudo, a escola realista e a “nova” teoria realista de Mearsheimer propunha que a “paz” só seria alcançada por meio de uma corrida armamentista, para a defesa e construção de uma hegemonia de poder.

A Guerra Fria, como vimos era a bipolarização, causada pelo conflito entre dois distintos – e conflitantes – sistemas socioeconômicos, o capitalismo e o socialismo. Com a implosão da URSS em 1991, é marcado o fim da hegemonia socialista no Leste europeu. Tal marca fica evidente com a abertura econômica e política com o ocidente e em especial com os Estados Unidos. Após 1991, e a uni polarização – a extinção do conflito capitalismo x socialismo (embora não totalmente) –, submeteria o mundo a uma paz. Com o mundo unipolar, entretanto, o conflito ou a busca por poder e dos interesses comuns dos Estados (proposto e explanado aqui anteriormente pela escola realista), leva a um novo cenário político mundial, uma busca pela hegemonia, o controle no cenário internacional.

Para alcançar essa “paz” ou o controle hegemônico do sistema unipolar, o investimento maciço em armas era fundamental, criando um eixo paradoxal. Quão mais fosse investido em armas, mais um Estado se mostrava poderoso, ou ofensivamente perigoso, em contrapartida causa aos Estados vizinhos, um amedrontamento, le-

⁸ CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012. pag. 327

vando assim o cenário internacional a incessantes conflitos em busca da hegemonia unipolar.

As teorias de Mearsheimer, trazem ao plano das teorias das Relações Internacionais – mais especificamente ao realismo –, uma visão pessimista, pois o jogo mundial de poder sempre levaria os Estados a constantes e incessantes guerras⁹.

Ainda vale lembrar que, o “realismo ofensivo”, analisa que os Estados que não concordam com divisão de poder, decorrente da busca hegemônica, levam os Estados a um revisionismo da política internacional, para uma modificação do status quo. A paz contudo, mostra-se uma utopia. O objetivo ideal – utópico – que quando posto em prática, gera o oposto ao ideal, gera incessantes guerras.

Há outro teórico importante no rol das Teorias das Relações Internacionais, o teórico Samuel Huntington, defendendo sua tese de “choque de civilizações” no plano das RI, assim, a seguir, vamos dar-lhe uma atenção especial.

Huntington e o “choque civilizatório”

Como vimos no realismo pessimista de Mearsheimer e Huntington, este traz a tona uma teoria do choque entre as civilizações. Huntington define grandes civilizações (ocidental, latino-americanas, japonesa, sínica, islâmica, africana,

hindu e ortodoxa) que entrariam em choque no pós-Guerra Fria. Quando o combate internacional entre o socialismo e o capitalismo “findaram-se”, o mundo entrara em choque, produzido pela uni polaridade e o choque dessas civilizações.

O Dr. Huntington lecionara há quase meio século na Universidade de Harvard, onde desenvolvera teses sobre as correlações entre civilização e conflitos militares. Publicara um livro intitulado: “O Choque Civilizacional e a Recomposição da Ordem Mundial,” com base em teorias realistas e com novas perspectivas do conflito pós Guerra Fria. Huntington defendia a tese de um conflito cultural entre civilizações no pós Guerra Fria, onde as lutas seriam travadas em campos mais profundos na formação dos Estados e de seus interesses¹⁰. Vamos a uma análise mais profunda sobre essa tese do Professor Samuel Huntington.

Para Huntington, há uma diferença entre cultura e civilização, embora ambas sejam referidas no processo de choque e conflito. Ele afirma que “civilização e cultura se referem, ambas, ao estilo de vida em geral de um povo, e uma civilização é uma cultura em escrita maior” (Huntington, 1997: 46). No pensamento “huntingtoniano”, as várias culturas pertencem a uma mesma entidade civilizacional, ou seja, embora um vilarejo ao norte da Itália possa ter uma cultura dife-

⁹ CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012. pag. 333

¹⁰ Sobre Samuel Huntington, publicado no New York Times: disponível em < http://www.nytimes.com/2008/12/29/education/29huntington.html?_r=0 > Acessado: 01/10/2013

rente da do Sul, ambas partilham de um conceito comum que os tornam – embora culturalmente distintos – iguais enquanto italianos. São como, princípios comuns que formam as civilizações; sendo assim, as várias civilizações chocam-se como placas tectônicas no âmbito das relações internacionais.

A sociedade ocidental, com sua economia de mercado, Estado de direito, civilizador dos povos, ataca e entra em choque com diversas outras religiões. Contudo, os povos em sua maioria – as civilizações – buscam aproximar-se deste modelo ideal de “avanço” ou realidade civilizacional. Um exemplo é o caso do Japão, que este quase totalmente ocidentalizado, diferenciando-se, portanto, do mundo islâmico que é anti ocidentalização; entrando constantemente em choque com os povos ocidentais, em especial o ocidentalizador, Estados Unidos.

As guerras, os conflitos modernos pós-Guerra Fria, estão ligados diretamente a esse conflito entre civilizações, que partilham de diferentes visões culturais, sociais, políticas e econômicas. A África, que durante um grande período, fora levado a uma ocidentalização, chega a uma estagnação no século XX e uma forte influência do islamismo e anti ocidentalizador – antiamericano.

O conflito cultural, social e particular (histórico) de cada país (Estado), mostra-se um novo desafio na ótica internacional, sendo assim, um desafio para a ordem mundial. Com o fim da

Guerra Fria e o alinhamento “automático”, certas características – como já citadas neste parágrafo – dos Estados, mostra-se um desafio nas Relações Internacionais.

Podemos observar que as teorias da escola realista, são desenvolvidas e ocorrem num determinado período histórico, ou seja, num determinado período temporal. Mas, seria errôneo pensar que por este motivo, tais teorias perderam suas argumentações no desembocar do século XXI, como vimos, os elementos formadores do pensamento de cada escola internacionalista, pode ainda estar presente nos tempos atuais; um exemplo disto é a política realista clássica, desempenhada pelos EUA no Oriente Médio. Os usos de argumentos do combate ao terrorismo servem apenas para mascarar as verdadeiras intenções e interesses do Estado norte-americano. Como vimos a força (militar) está presente e é uma das formas utilizadas pelo Estado para consolidação de seus interesses. A “lei da Selva” (partindo aqui de uma analogia darwinista com relação aos Estados), onde o Estado mais forte e mais bem preparado (socialmente, politicamente, economicamente e militarmente) possui uma tendência a “sobreviver” – quando digo sobreviver, refiro-me a conquista dos interesses que mantem “vivo” um Estado – neste grande anarquismo internacional.

O contexto geopolítico e internacionalista do século XX e XXI

A teoria de Mearsheimer e o pressuposto do realismo pessimista: o grande malogro da paz internacional é a guerra constante causada pela busca dessa paz. A corrida armamentista articulada pelos Estados na busca de segurança gera o “medo” nos Estados vizinhos, levando a intermináveis períodos de guerras, devido a fragilidade de poder no cenário mundial. A guerra é a grande palavra dos tempos contemporâneos, não que essa não fosse utilizada em períodos históricos passados, porém, após o advento da Revolução Industrial e do capitalismo moderno, a guerra mostrou-se um negócio interessante. Uma possibilidade de negociação frente ao idealismo – que visa às resoluções por meio da diplomacia. Para o historiador Eric Hobsbawm (1995), o século XX fora o mais breve de todos, devido aos intermináveis períodos de conflitos; essa análise de Hobsbawm – embora sendo feita ao século XX – pode dar-nos uma pista sobre a condição do próximo século, XXI.

A seguir vemos um relato do historiador Hobsbawm a respeito do século XX:

Outro motivo, porém, era a nova impessoalidade da guerra, que tornava o matar e o estropiar uma consequência remota de apertar um botão ou virar uma alavanca. A tecnologia tornava suas vítimas invisíveis, como não podiam fazer as pessoas esvisceradas por baionetas ou vistas pelas miras de armas de fogo. Diante dos canhões permanentes fixos da Frente Ocidental estavam não homens, mas estatísticas – nem mesmo estatísticas reais, mas hipotéticas, como mostraram as “contagens de corpos” de baixas inimigas durante a guerra americana no Vietnã. Lá

embaixo dos bombardeios aéreos estavam não as pessoas que iam ser queimadas e esvisceradas; mas somente alvos. Rapazes delicados, que certamente não teriam desejado enfiar uma baioneta na barriga de uma jovem aldeã grávida, podiam com muito mais facilidade jogar altos explosivos sobre Londres ou Berlim, ou bombas nucleares em Nagasaki. Diligentes burocratas alemães, que certamente teriam achado repugnante tanger eles próprios judeus mortos de fome para abatedouros, podiam organizar os horários de trem para o abastecimento regular de comboios da morte para os campos de extermínio poloneses, com menos senso de envolvimento pessoal. As maiores crueldades de nosso século foram as crueldades impessoais dedicadas à distância, de sistema e rotina, sobretudo quando podiam ser justificadas como lamentáveis necessidades operacionais. (HOBSBAWM, 1995, pág. 57).

Este desabafo mostra a realidade que sucederiam nos próximos séculos. O crescimento da tecnologia militar geraria a impessoalidade, fomentando os combates, a intensificação das guerras geraria uma desordem mundial, onde a paz mostrar-se-ia cada vez mais incerta, fazendo com que os organismos estatais investissem em tecnologia militar para proteger-se, porém, acabariam gerando mais conflitos. Essa é a perspectiva do pensador Mearsheimer, sobre a condição das Relações Internacionais.

É partindo desse pressuposto de anarquia relativa no contexto global de Estados, que os países aperfeiçoam e desenvolvem suas geoestratégias, seus objetivos são a contenção do avanço inimigo e, por conseguinte a ameaça de seu próprio avanço. No caso americano, o pós-Segunda Guerra Mundial implicou-lhes a necessidade de

construir um comando militar unificado para a contenção global. Em 1946 é lançada no congresso americano a proposta do Unified Combatant Command, este projeto visto através de uma representação cartográfica, parece-nos que esquadrihara todo o globo terrestre em “fatias” e, em cada fatia havia um setor administrado por um Exército. Os primeiros Comandos Unificados foram para o Extremo Oriente, Pacífico, Alaska, Atlântico, Caribe, Europa e Nordeste (região da Groenlândia).

Não se pode esquecer que o pós Segunda Guerra Mundial, é caracterizado pelo período histórico conhecido como Guerra Fria, devido o combate político-ideológico entre Socialismo e Capitalismo. Embora não se entrará em detalhes acerca deste período, devemos imaginar esse período de possíveis iminentes conflitos como um dos legitimadores da adoção e articulação de planos geoestratégicos. Os Comandos Unificados fora apenas uma, de um número quase incalculável, de planos geoestratégicos para contenção da ameaça socialista, por parte dos Estados Unidos da América.

Após anos de funcionamento e replanejamentos, só observa-se a criação de um Comando Militar específico para o continente africano em meados de 2007-2008; surge-nos então a questão: Porque somente depois de quase sessenta e um anos de história, que o Estado norte-americano preocupara-se em criar um comando específico para a África? Para responder essa

questão, é de suma importância analisar os argumentos utilizados pelos parlamentares e militares estadunidenses para a confecção de tal plano geoestratégico.

Do pressuposto, à criação do Comando Militar Africano – AFRICOM

Um dos pressupostos para a criação do Comando Militar africano pode ser encontrado em um discurso do Presidente George W. Bush, onde este diz:

Em um mundo que é seguro, as pessoas serão capazes de fazer de sua própria vida melhor. Vamos defender a paz, lutando contra os terroristas e os tiranos. Vamos preservar a paz, construindo boas relações entre as grandes potências. Vamos estender a paz encorajando sociedades livres e abertas em todos os continentes. [traduzido pelo autor]¹¹

Podemos neste ponto, facilmente identificar como se mostraria a forma governamental de Bush (filho) na presidência norte-americana, seria o avanço e proliferação dos ideais liberais e democráticos, assim como fora pressuposto por Huntington, em “o choque civilizatório” e a disseminação da ideologia ocidental. Uma das primeiras atitudes de Bush fora o ataque ao Iraque com a prerrogativa de combate ao terrorismo internacional, que em setembro de 2001 havia causado a vida de centenas de norte-americanos no ataque às “torres gêmeas” World Trade Cen-

¹¹ George W. Bush. *The National Security Strategy of the United States of America* (Washington, D.C.: The White House, 2002), iii.

ter em Nova Iorque. Embora a discussão sobre as causas do ataque ou o que viria a frente não caibem aqui, a questão é que, o mundo não estava mais sobre o assombro do perigo vermelho (comunismo), agora, porém, o perigo era “verde” (cor da bandeira iraniana e símbolo do islamismo, religião dos acusados de participar em eventos terroristas). O terrorismo é caracterizado pela dificuldade de combatê-lo, pelos dos atacantes “não possuírem” rosto – sendo muito difícil identificar os praticantes do ato terrorista.

Uma das alternativas encontradas por Bush para combater o terrorismo, fora o ataque militar maciço, em 2003 é articulada a Operação Liberdade do Iraque (em inglês: Operation Iraqi Freedom). Essa já em meados de 2006 mostrava-se muito dispendiosa, custando aos cofres públicos bilhões de dólares. Porém o conflito no Iraque e no Oriente Próximo como um todo, na “busca” do combate ao terrorismo (fazendo aqui uma análise baseada na argumentação oficial), inúmeros grupos terroristas dissidentes dos sucessivos conflitos na região, migraram ao longo dos anos para a África – que já possuía uma grande comunidade islâmica – e uniam-se aos “recém-emancipados” Estados africanos, constituindo assim um perigo para a geoestratégia norte-americana e a manutenção da paz e segurança – primeiramente dos norte-americanos e, por conseguinte, do mundo (pressuposto da escola realista clássica).

Em 2007, ainda ocorrendo à guerra no Iraque, o governo norte-americano, lança a proposta de criação do “Comando Militar Estadunidense para a África”, o U.S Africa Command - AFRICOM. Seu Quartel General (QG), porém, não ficaria em solo africano, seria sediado em Stuttgart na Alemanha. Com a criação do AFRICOM, os antigos comandos responsáveis pelo continente africano, o US CENTCOM e US EUCOM, poderiam agora dividir suas atividades com o novo comando e ver-se menos sobrecarregados. A previsão de funcionamento total do novo comando era prevista para 2008.

O argumento oficial, disponibilizado na website do AFRICOM, relata-nos sua missão, que é: United “Comando Africano, em conjunto com interinstituições e parceiros internacionais, desenvolve as capacidades de defesa, responde a crise e impede derrotas e ameaças transnacionais, a fim de promover os interesses nacionais dos EUA e promover: segurança regional, estabilidade e prosperidade.”¹² É facilmente observado a construção do comando militar, como uma forma de manutenção dos interesses norte-americanos na África. Porém, é necessário analisarmos a forma como este obtém seus interesses e quais são eles. Em primeiro ponto, observemos o que pode os Estados Unidos ter em interesse no continente africano.

¹² Missão do U.S AFRICOM. Disponível em: <<http://www.africom.mil/about-the-command>>. Acessado em: 12 de Nov. 2013.

O primeiro e mais perceptível que podemos ver é a posição geográfica do continente africano na disposição global, o continente em si está próximo dos principais continentes¹³, sendo um local chave para o fluxo de mercadorias e defesa geoestratégica. Somam-se a estes interesses norte-americanos por ser a África um dos mais ricos continentes em questão natural-mineral. Quase 9% de todas as reservas de petróleo localizam-se no continente africano e quando comparado ao Oriente Médio esse número aumenta para 62%¹⁴; estas reservas, contudo, mostram-se em sua maioria, inexploradas, sendo uma boa oportunidade para empresas internacionais¹⁵. Não seria diferente aos interesses norte-americanos, que necessitam de energias fósseis para abastecer seu largo consumo.

Outro fator de interesse na geopolítica internacional norte-americana tem a ver com a guerra ao terror – já comentada acima – e seus mecanismos de repressão internacional aos seus grupos extremistas. Como vimos, a guerra no Oriente Médio desde os anos 1980 – embora tendo variado o inimigo comum – legitima o interesse norte-americano pela região africana, principalmente no lado oriental – Chifre da África –, que se mostra palco dos mais intensos conflitos internos na região africana.

Aliada do topo da escala pós-Guerra Fria, nos últimos anos, três fatores contribuíram para uma renovação do interesse estadunidense pela África: a consolidação do continente como importante exportador e outros recursos naturais; o combate ao terrorismo; e a crescente presença da China na África. (Ecoteguy 2011, p.71).

A preocupação norte-americana não “se limita” apenas ao combate ao terrorismo, vale lembrar-se dos graves problemas epidêmicos e humanitários enfrentados por diversos países africanos. A AIDS/HIV são as principais ameaças infecciosas presentes no continente africano – não generalizando essa afirmação. A maior parte das missões divulgadas via website são de cunho humanitário, ficando apenas para os registros documentais, citações sobre ações com emprego de força.

Um dos programas de ajuda médica é o MEDCAP (Medical Civil Action Program), responsável pelo combate a doenças; uma parceria com profissionais locais e militares do Afri-com.



¹³ Europeu, Asiático, Americano e Oceania.

¹⁴ Africa, China, the United States, and Oil. Disponível em: <<https://csis.org/story/africa-china-united-states-and-oil>>. Acessado em: 14 de Nov. 2013.

¹⁵ Idem.

Figura 1: MEDCAP (U.S. Army photo by Major Gregg Tooley. Disponível em: <http://www.africom.mil/Newsroom/Photo/4797/US-AFRICOM-Photo>)

O Plano de ajuda oferecido pelo Africom pauta-se no treinamento oferecido aos exércitos de países africanos, na foto acima, vemos um militar queniano e uma militar especialista estadunidense oferecendo-lhes “ajuda” por meio do MEDCAP.

Quando o Africom fora proposto e anunciado, alguns Estados africanos mostraram-se desgostosos e não aderiram de perto à iniciativa norte-americana. Devemos observar os argumentos utilizados por estes para o “não apoio” do plano de “ajuda” humanitária e militar oferecida aos Estados africanos.

As resistências à criação do Africom

A princípio, alguns países aceitaram de perto a iniciativa estadunidense de ajuda, outros, porém, os viram como uma forma de “neoexpansionismo” essa aproximação norte-americana; o Ex-presidente George W. Bush possuía – e ainda possui – uma imagem de grande expansionista pelo petróleo do Oriente Médio. A guerra empreendida contra Afeganistão e Iraque, mostrara-se mais para a busca de uma rede segura de petróleo do que um combate aos antigos atacantes do World Trade Center. Por este estereótipo criado, ficara difícil para alguns posicionarem

frente a essa nova iniciativa de criação de um comando específico para a África – não está sendo discutido aqui os reais fundamentos da criação do Africom, antes porém, o pensamento vigente na época. Para alguns jornalistas africanos, a futura presença norte-americana na África, mostrava-se pelo puro interesse na extração de petróleo, urano e outros minerais importantes, tanto para a indústria energética, quando para a “indústria da morte” – indústria armamentista.

Uma jornalista queniana se expressa frente ao anúncio do Africom “It will militarise society”¹⁶ (Isso irá militarizar a sociedade – tradução do autor). Essa opinião é uma amostra da situação vivida pelo Quênia e outros países africanos, que possuem intensos conflitos étnicos ainda hoje e, uma possível militarização da população poderia fomentar ainda mais estes conflitos e as mortes.

Existe uma iniciativa de organizações estadunidenses e africanas que combatem veementemente a presença norte-americana na África¹⁷, possuindo até um website para tais propagandas de opinião¹⁸. Durante a pesquisa neste website, fora encontrado um documento denominado “Militarising Africa: a guidebook” de autoria de Chioma Oruh¹⁹, este documento mostra-se

¹⁶ The controversy over Africom. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7026197.stm>>. Acesso em: 7 de Jun. 2012.

¹⁷ Uma delas é o *Resist Africom*.

¹⁸

<http://salsa.democracyinaction.org/o/1552/t/5717/signUp.jsp?key=3094>

¹⁹

http://www.congoweeek.org/pdf/militarism_africa.pdf

comparável a um manifesto frente à iniciativa norte-americana na África. Durante sua leitura, na página trinta e oito, observamos que devido a forte pressão de governos africanos (não citados pela autora quais foram), pela sociedade e opinião pública africana, o Quartel General do Africom não pode ser instalado na África; muito embora, a Libéria (antiga colônia norte-americana) havia se mostrado favorável a tal instalação em seu país.

Essa aproximação norte-americana na África encontra tanto apoio quanto resistência, devido aos históricos de “ajudas” internacionais empreendidos por nações internacionais em solo africano. Porém, para perceber se a ação estadunidense visa apenas à ajuda internacional a seus parceiros africanos, deve-se analisar um ponto fundamental, o desenrolar econômico americano após sua aproximação com a África, ver se tais aproximações aumentaram ou não a poupança norte-americana, que desde 2008 enfrenta problemas devido à crise econômica e talvez analisar se a aproximação com os países africanos e a criação do Africom fora uma alternativa à crise econômica de 2008.

O U.S AFRICOM

A presença norte-americana na África após 2007 mostra-se pela imposição do Comando Militar dos Estados Unidos para África, o Africom. O Comando Militar dispõe de instalações na Alemanha, em Stuttgart; o número de militares que compõe o Africom fica em torno de duas

mil pessoas – incluindo militares de carreira e não militares. Em 2013, o Comando do Africom está sob a responsabilidade do General David M. Rodriguez. Já passara pelo Comando dois Generais.

O Comando Militar, Africom, tem sob sua subordinação as seguintes instituições:

- a) U.S. Army Africa (USARAF);
- b) U.S. Naval Forces Africa (NAVAF);
- c) U.S. Air Forces Africa (USAFAF);
- d) U.S. Marine Corps Forces Africa (MARFORAF);
- e) Combined Joint Task Force-Horn of Africa (CJTF-HOA);
- f) U.S. Special Operations Command Africa (SOCAFRICA).

É com essa logística militar que o Comando Militar estadunidense para a África busca alcançar seus interesses.

Nossas tarefas militares mais importantes são: 1) Deter ou derrotar a Al-Qaeda e outras organizações extremistas violentas que operam na África e negar-lhes refúgio seguro. 2) Fortalecer as capacidades de defesa dos estados-chave africanos e parceiros regionais. Através do envolvimento permanente e personalizado; ajudá-los a construir instituições de defesa e as forças militares que são capazes, sustentáveis, subordinadas à autoridade civil, que respeitem o Estado de Direito, e comprometidos com o bem-estar de seus cidadãos. Aumentar a capacidade dos estados-chave para contribuir para as atividades militares regionais e internacionais que visam a preservação da paz e combate às ameaças transnacionais à segurança. 3) Assegurar o acesso dos EUA e pela África, em apoio das necessidades globais. 4) Esteja preparado, como parte de um todo

de abordagem do governo, para ajudar a proteger os africanos de atrocidades em massa. A maneira mais eficaz de fazer isso é através do nosso compromisso contínuo com os militares africanos. 5) Quando dirigiu, fornecer apoio militar aos esforços de assistência humanitária (TRADUZIDO PELO AUTOR. United States Africa Command, General Carter F. Ham, Stuttgart - Alemanha, em agosto de 2011).

O Africom é responsável pelo treinamento e preparação militar dos países-parceiros na África. O treinamento militar é oferecido por programas de ajuda e integração de determinado país com os EUA. Operações e exercícios são articulados entre as divisões armadas do Comando Militar e os Estados africanos interessados nessas ações.

Importante salientar e mostrar a participação dos EUA em uma Operação militar em conjunto das forças armadas da Libéria, na Operation Onward Liberty de 2012. Em 2011, ocorreu a Operation Odyssey Dawn, uma operação aérea na Líbia, responsável em dar apoio as forças contrárias ao ditador-presidente Gaddafi na Líbia durante as insurreições contra seu governo. Esses são alguns exemplos que a participação dos EUA na África não se limita apenas a ajudas humanitárias ou acordos diplomáticos, a participação militar americana estende-se à sua inserção em teatros de operação e operações militares. Porém, o foco do Africom, tem sido na capacitação dos militares africanos e dos líderes de Estado.

Não é a primeira vez que os Estados Unidos oferecem “treinamento militar” para um

país; citarei aqui o exemplo do Brasil. No curso de 1942, sob o governo do Presidente Getúlio Vargas, viu-se a necessidade de uma formação altamente qualificada aos militares de alta patente do Exército Brasileiro. É implementada assim a “Lei de Ensino Militar” que exigia a participação de generais e coronéis em cursos de formação em alta administração e assuntos militares. Após a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o “início” da Guerra Fria em meados de 1948, foi criada a Escola Superior de Guerra, fundada e ideologicamente baseada na National War College – instituição americana de mesmo segmento. Alguns militares brasileiros cursaram essa escola – alguns nos EUA e outros com a versão brasileira, ESG – e, passaram a formar uma elite militar intelectualizada e burocratizada, a chamada Sorbonne. Militares como: Humberto de Alencar Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva, Juarez Távora, etc. Os pontos principais, aprendidos com o colégio americano e disseminados na formação da ESG eram: 1) Proteção Nacional e 2) Segurança Nacional. Em termos de proteção, caracterizava-se a questão das fronteiras e dos espaços físicos; na questão de Segurança, era a proteção ao comunismo²⁰ – principal ameaça ao mundo ocidental (capitalista) na Guerra Fria. Para Hélio Silva (1984), o golpe civil-militar na democracia brasileira foi lograda por influência direta destes generais par-

²⁰ SILVA, Hélio. O Poder Militar. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984. p. 356-358.

ticipantes da ESG – com base de pensamento estadunidense – e, até mesmo, apoiada ideologicamente e logisticamente pelos EUA.

Com este pressuposto advertido aqui, podemos pensar na participação militar estadunidense na África nos anos atuais. Essa experiência histórica brasileira legitima a crítica apresentada pela jornalista africana Salim Lone a respeito da participação e inserção militar norte-americana na África em tempos atuais. Pressupõe-se que a presença norte-americana pode estar intrinsecamente ligada à formação de uma elite – assim como os “Sorbonne” no Brasil – legitimadora e apoiadora dos projetos e interesses estadunidenses na África.

Para não fugir do tema “África” e pautar-se ou basear-se na realidade brasileira, que se mostra diferente da vivida pela história africana, voltemos a análise do produto histórico gerado pela implementação do Africom à realidade geopolítica africana. Utilizaremos a hipótese comparada da experiência histórica brasileira para a resposta da hipótese histórica africana, afinal a brasileira mostra-se – de acordo com a fonte apresentada – respondida, a africana, busca ainda suas respostas.

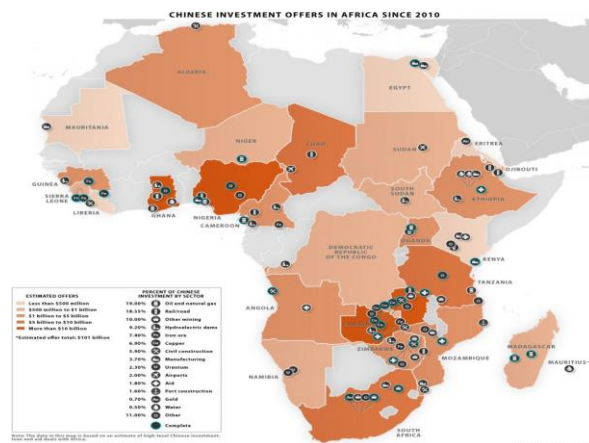
Embora a Guerra Fria tenha acabado, e o inimigo comum do mundo ocidental – o socialismo soviético – tenha se mostrado ineficiente, surgira desse conflito, ou até mesmo no decorrer dele, novos inimigos – que como já citados – configuram o combate internacional e treina-

mento militar para aniquilação do tal “terrorismo internacional”. O principal pressuposto da presença militar norte-americana na África é legitimado e argumentado como uma forma de combater o terrorismo além-fronteiras e impedir a morte de americanos residentes nos países africanos, bem como, na impossibilidade deste atingir o próprio continente americano – deve-se lembrar aqui do caso “11 de Setembro de 2011”. Por conseguinte, com o sucesso do combate a este “inimigo comum”, os interesses estadunidenses podem ser alcançados na África; surge-nos uma questão: não fora este mesmo acontecimento vivido na experiência brasileira? Sim. Primeiro o combate era ao comunismo e suas influências e com esse objetivo sendo alcançados, os interesses norte-americanos viam-se logrados com êxito.

O terrorismo internacional é fortemente vinculado ao islamismo e a jihad, os grupos islamistas e principalmente árabes-muçulmanos, baseiam-se no não alinhamento ou aproximação com os EUA no plano político. Uma figura celebre dessa afirmação é o ex-presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser, que argumentava acerca de um combate a ocidentalização do mundo árabe – embora tenhamos que observar que a grande ameaça perceptível de Nasser era o Estado de Israel que feria os interesses geopolíticos egípcios. Nasser pressupunha um socialismo não marxista contra os interesses e hegemonia israelense-estadunidenses, dentro da África, na região magrebina. No contexto atual, cabe-nos analisar se

o combate a este “terrorismo internacional” – como é chamado pelos EUA – não se mostra apenas como uma retórica para argumentar sua presença em solo africano e para a obtenção dos interesses estadunidenses na África – tendo em vista que a tendência dos países e líderes árabes Anti-Estados Unidos é a “não” aproximação.

Os gastos com o Comando Militar, mostram-se até o momento, em torno de 900 milhões de dólares (de 2010 á 2012) ²¹. A presença militar americana na África não mostra-se eficaz ou “ameaçadora” em relação a uma possível invasão ou ameaça logística. Sua ameaça está no fato de constituir uma elite militar “intelectualizada” a serviço de seus interesses; o apoio militar, os treinamentos, pressupõe uma cooptação das elites locais, do exército estabelecido em Estados independentes recentes e alguns nem tão estáveis. A presença militar americana na África, mostra-se durante seus primeiros anos, como uma simples aproximação e estabilização de acordos diplomáticos, abrindo caminho para futuros acordos e presença efetiva. Não podemos esquecer que a presença chinesa na África tem aumentado ano após ano e configura uma ameaça aos interesses norte-americanos. A cooptação da elite militar local e a criação de um grupo apoiador dos interesses norte-americanos, serve como uma estabilização e mantenedor da presença e perspectiva política dos EUA na África.



sos grupos étnicos. As presenças internacionais nos países africanos pressupõem uma atividade já realizada durante o neocolonialismo; a formação local de elites pressupõe a inserção no século XIX. Em pleno século XXI a tática matem-se a mesma. Os argumentos de ajuda internacional humanitária, preparação militar entre outras, serve apenas para mascarar os reais interesses estadunidenses frente ao continente africano e evidenciar a pouca preocupação no contexto local, na história e na realidade enfrentada por cada nação. A inserção estadunidense mostra-se, em tempos atuais, a preparação para uma dominação – em priore – intelectual, mas que em breve pode pender-se a ações militares, a conflitos diretos por interesses.

Considerações Finais

Os processos históricos registrados pelas grandes potências, em busca de seus interesses – pautados em perspectivas econômicas – mostraram-se desmedidas ao longo dos anos, provocando a morte, a guerra e as instabilidades e desigualdades sociais em todo o mundo. O cenário internacional é fundado na lei de sobrevivência do mais forte, do mais bem armado e treinado, pressupondo a derrota e a falência do menos desenvolvidos. Por quase 500 anos, a África fora palco de intensas lutas de interesses externos, sendo apenas um coadjuvante no seu próprio processo histórico e projeção internacional. Essas amarras tendo sido “retiradas” no século XX e, países recém-independentes na África, possuem a

possibilidade de caminhar seus desejados rumos, trilhar seus próprios caminhos. Porém se veem inseridos em um mundo igual ao anterior, num cenário caótico e desumano, onde o mais forte, mais bem preparado sobrevive. Suas recém-vitórias no campo da emancipação pressupõem a necessidade de apoiar-se em outras nações, em busca de acordos bilaterais para o desenvolvimento gradual de suas instituições. O que encontram, porém, são Estados inclinados em garantir seus próprios interesses, embora se utilizem de retórica bilateral, no plano concreto articulam-se unilateralmente. Num contexto contemporâneo, de escassez de recursos energéticos fósseis e do malogro consecutivo do sistema econômico liberal (1929, 1973, 2008) os Estados africanos necessitam cautela as retóricas internacionais, para não repetirem os erros e anseios do passado e lançarem anos de luta árdua “por água abaixo” e terem de regressar ao tempo (difícil e obscuro) em sua própria época (de prosperidade e “liberdade”) e serem vítimas de seus próprios interesses e anseios.

Referências

ADEN, Chris, China in Africa. New York. Zed Books, 2008.

Africa, China, the United States, and Oil. Disponível em: <<https://csis.org/story/africa-china-united-states-and-oil>>. Acessado em: 14 de Nov. 2013.

AFRICOM - Comando Americano para a África. História do Africom. Disponível

em: <http://pazeconflito.blogspot.com.br/2008/06/africom-comando-americano-para-africa.html>. Acesso em: 02/06/2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Geopolítica e política exterior : Estados Unidos, Brasil e América do Sul / Luiz

Alberto Moniz Bandeira. — Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BERNARDINO, Luís Brás. A importância geoestratégica do AFRICOM para os EUA em África. Disponível em: http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/outros/A%20Import%C3%A2ncia%20Geoestrat%C3%A9gica%20do%20AFRICOM%20para%20os%20EUA%20em%20C3%81frica.pdf. Acesso em: 08/11/2013.

CARVALHO, Rui M de. Compreender África. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005.

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. — Brasília: FUNAG, 2012.

CASTRO, Therezinha de. África — Geo-história, Geopolítica e Relações

Internacionais. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 1980.

China's African Policy, Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/China-Africa/82055.html>. Acesso em: 03/06/2012.

CUNHA, Pedro Barge. AFRICOM, Um olhar mais abrangente sobre a África. 11/12/2007. Disponível em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=906. Acesso em: 07/06/2012

id=906. Acesso em: 07/06/2012

ECOSTEGUY, Pedro. A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África / Pedro Acosteguy. — Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

George W. Bush. The National Security Strategy of the United States of America (Washington, D.C.: The White House, 2002), iii.

GORDON, Daniel. A controvérsia sobre Africom. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7026197.stm>. Acesso em: 07/06/2012.

news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7026197.stm. Acesso em: 07/06/2012.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. A África na sala de aula: visita à histórica contemporânea / Leila Leite Hernandez. — 2. ed. rev. — São Paulo: Selo Negro, 2008.

HILL, Christopher. The Changing Politics of Foreign Policy. New York:

Palgrave, 2003.

História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. — 2.ed. rev. — Brasília : UNESCO, 2010.

História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. — Brasília: UNESCO, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991/Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli.—São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. A Ordem Política nas Sociedades em Mudança.

Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LANG Jr., Anthony. Morgenthau, Agency and Aristotle. In WILLIAMS, Michael, org. Realism Reconsidered: the Legacy of Hans Morgenthau in International Relations. Oxford, Oxford University Press, 2007.

MACHADO, Letícia Wittlin. As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais. / Letícia Wittlin Machado — Rio de Janeiro, 2012.

MARX, Karl. A Ideologia alemã e Outros Escritos. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

MARX, Karl. O Capital (Crítica da Economia Política) Livro 1, vol.1 , Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6ª. Edição, 1980.

MARX, Karl. Textos Filosóficos. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1975.

Missão do U.S AFRICOM. Disponível em: <http://www.africom.mil/about-the-command>. Acessado em: 12 de Nov. 2013.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. A África desde o fim da Guerra Fria. Disponível

em:

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n24/n24a11.pdf>. Acesso em: 21 de Mai. 2012.

ORUH, Chioma. Militarising Africa: A Guidebook. Resist Africom Working Group Global Student Teach-in. Disponível em:

http://www.congoweeek.org/pdf/militarism_africa.pdf. Acesso em: 17 de Nov. 2013.

Resist AFRICOM. Disponível em: <http://salsa.democracyinaction.org/o/1552/t/5717/signup.jsp?key=3094>. Acesso em: 18 de Nov. 2013.

RODRIGUES, João Carlos. Pequena História da África Negra. Rio de Janeiro.

Editora Globo. 1990.

SANTOS, Luís Ivaldo Viallafe Gomes. A arquitetura de paz e segurança africana / Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos. — Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? Revista brasileira de política internacional, Brasília, v. 51, n. 1, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Out. 2013.

SILVA, Hélio. O Poder Militar. Porto Alegre. L&PM Editores, 1984.

The controversy over Africom. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7026197.stm>. Acesso em: 7 de Jun. 2012.

VIZENTINI, Paulo F. As Relações Internacionais da Ásia e da África. São

Paulo. Ed. Contexto. 2007.